

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

DATA BASE

Em 19 de março, paralisação total!



FES convoca servidores públicos, da capital e do interior, a fazer greve de um dia para retomar as negociações da nossa pauta:

- * reajuste salarial com o mesmo índice do salário mínimo regional;
- * concursos públicos;
- * defesa da ParanaPrevidência;
- * novo modelo de Saúde;
- * pagamento das promoções e progressões em atraso;
- * enquadramento
- * e, benefícios sociais.

E MAIS:

■ Mais uma vez o governo passa o trator na ALEP

A bancada governista aprovou a privatização da Saúde Pública Estadual. De novo a estratégia usada foi transformar o plenário em comissão geral para escapar da discussão. De quebra, os deputados ainda aprovaram um auxílio-moradia para os magistrados do Tribunal de Justiça, no valor de R\$ 4 mil! PÁGINA 03.

■ Sindicato propõe novas ações judiciais

O SINDISEAB não mede esforços para defender os direitos dos associados. Saiba como participar das novas ações impetradas este ano. As orientações e a lista de documentos necessários estão na PÁGINA 03.

■ Fazer propaganda eleitoral em repartição pública pode?

Conheça as novas regras para o comportamento de servidores e comissionados nos locais de trabalho, em horário de expediente e nas redes sociais. PÁGINA 04.

SINDISEAB põe o pé na estrada

O pessoal do interior já está discutindo e deliberando as prioridades do sindicato para este ano. Mais da metade dos núcleos sindicais já fizeram plenárias regionais. A nossa pauta de reivindicações será referendada no Encontro Estadual do sindicato, em 28 de março. PÁGINA 02.



EDITORIAL

Campanha Salarial é antecipada por causa do ano eleitoral

A direção estadual do SINDISEAB já começou a estabelecer alguns encaminhamentos referentes à CAMPANHA SALARIAL/2014. Novamente vamos nos unir com os sindicatos do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Estaduais (FES).

Por conta das eleições deste ano, a data limite para obtermos ganhos reais é 05 de abril. Por isso, a Direção Executiva decidiu antecipar a nossa campanha salarial. O índice conquistado com a data base/2013 (maio), foi de 6,49%, somente a inflação do período. O FES já definiu os itens para a PAUTA DE REIVINDICAÇÕES UNIFICADA/2014:

- * **DATA BASE - mesmo índice do salário mínimo regional;**
- * **CONCURSOS PÚBLICOS;**
- * **DEFESA da ParanaPrevidência;**
- * **NOVO MODELO de SAÚDE;**
- * **PAGAMENTO das PROMOÇÕES e PROGRESSÕES em atraso;**
- * **ENQUADRAMENTO**
- * **e, BENEFÍCIOS SOCIAIS.**

Plenárias vão definir pautas específicas

A pauta do FES é geral, reivindica conquistas para diversas categorias de servidores públicos. É importante e necessário que acrescentemos outros itens que nos interessam (por exemplo: progressão e promoção) e outros específicos de cada órgão da nossa base sindical (SEAB, SEMA, IAP, AGUASPR, ITCG, ADAPAR, DIOE e SUDE).

Para fazer o debate, os dirigentes do SINDISEAB estão percorrendo todo o estado realizando plenárias regionais no interior e por locais de trabalho em Curitiba. A aprovação da nossa pauta vai acontecer durante nosso I Encontro Estadual do SINDISEAB de 2014, marcado para 28 de março.

Mobilizar para conquistar

Pelo que temos visto na mídia sobre as realidade das finanças do governo do Paraná, se não acontecer forte pressão e mobilização dos servidores públicos estaduais, nem a data base virá (índice do IPCA-IBGE), quanto mais outras questões, tais como enquadramento e promoção/progressão.

O ANO JÁ COMEÇOU, AS FÉRIAS JÁ SE FORAM. AGORA É HORA DE COLOCAR O BLOCO NA RUA PARA A CAMPANHA SALARIAL/2014. O SINDISEAB CONTA COM VOCÊ! ÂNIMO, BOA LUTA A TODOS E ATÉ A VITÓRIA!

“Nossa maior fraqueza está em desistir. A maneira mais segura de ter sucesso é sempre tentar mais uma vez.”

Thomas Edison

SINDISEAB EM AÇÃO

Plenárias do sindicato já estão a pleno vapor

Entre os dias 17 e 24 de fevereiro, foram visitados 13 núcleos de nossa base sindical.



ARAPONGAS



CAMPO MOURÃO



CORNÉLIO PROCÓPIO



JACAREZINHO



LONDRINA



MARINGÁ



PARANAÍBA



TOLEDO



UMUARAMA

Estão previstas mais oito plenárias depois do feriadão de Carnaval: União da Vitória, Irati, Guarapuava/Pitanga, Ponta Grossa, Curitiba IAP/IPAGUAS, Curitiba SEMA/ITCG, Curitiba/DIOE, Ivaiporã e Litoral.

NOTA: até o fechamento desta edição, não recebemos fotos de Cascavel, Cruzeiro do Oeste, Pato Branco e Francisco Beltrão.



- FONE/FAX: (41) 3253.6328
- E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
- SITE: www.sindiseab.org.br

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Fundepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTb 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 3.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: Presidente: Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizétti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPPR/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).

FES
faz!

CAMPANHA SALARIAL

Servidores públicos programam um dia de paralisação estadual

A ordem é, em 19 de março, cruzar os braços em todos os locais de trabalho em todo o Paraná.

Os servidores de todas as categorias vão se encontrar na Praça Santos Andrade a partir das 9h00. Em seguida, atravessar as ruas centrais da capital numa caminhada que vai culminar com um grande ato público em frente ao Palácio Iguaçu, no Centro Cívico.

O objetivo é voltar a negociar os itens da pauta de reivindicações (leia no editorial) que estão paradas desde o ano passado, mas principalmente, garantir o nosso reajuste anual (data-base). O Fórum das Entidades Sindicais

(FES) já enviou ofício solicitando audiência com a SEAP para o dia da manifestação.

No interior, use a criatividade

Assim, como em nossa greve, vale ir todos vestidos de preto, tomar chimarrão, fazer moda de viola e até tocar berrante. O que importa é que façamos do dia 19 de março um dia de grande repercussão. A diretoria executiva irá passar outras instruções através do nosso boletim eletrônico e está aberta a sugestões. Entre em contato com o sindicato.

ROLO COMPRESSOR

No mesmo dia, ALEP aprova privatização da Saúde Pública e auxílio-moradia para juízes



O governo não quis esperar o veredito do Conselho Estadual de Saúde, que estava previsto para 28 de fevereiro, sobre a criação da FUNEAS. A fundação de direito privado vai incorporar e gerenciar os recursos públicos da saúde. Nisto estão incluídos os hospitais, laboratórios, centros de pesquisa, etc... A pressa é fazer contratações e firmar contratos antes da data limite definida pelo calendário eleitoral (05 de abril). Com a aprovação, o Conselho Curador da FUNEAS terá plenos poderes para elaborar o estatuto, contratar, vender o patrimônio que julgar desnecessário sem precisar fazer licitações. É o fim programado da categoria de servidores públicos

da saúde, já que os novos contratados serão todos celetistas.

Antes de cair na folia

Assim, na semana que antecedeu o Carnaval, a Assembleia Legislativa encheu suas galerias de seguranças, transformou o plenário em comissão geral e aprovou num dia só, 25 de fevereiro, os PLs da privatização da Saúde Pública e o auxílio-moradia (que pode chegar a R\$ 4 mil) para juízes de desembargadores do Tribunal de Justiça. Os servidores que encheram as galerias foram reprimidos pelos seguranças. Segundo o blogueiro Esmael Morais, naquela mesma noite, o governador, deputados e juízes comemoraram a tratorada com um suntuoso jantar no Jockey Club.

"Toda a vez que a iniciativa privada entra no setor público não é para promover o bem da população. É para ganhar dinheiro".

Deputado Tadeu Veneri
Líder da Oposição na ALEP

Jurídico

SINDISEAB propõe novas ações em 2014

Para defender os direitos dos nossos associados, o SINDISEAB está entrando com novas ações.

Para ser representado, o servidor deve necessariamente estar filiado ao sindicato. Confira:

Progressão (Decreto 7774) - a nova ação vai ser proposta no primeiro trimestre/semestre de 2014. O pessoal que entrou na primeira ação já ganhou. Mas teve muita gente que ficou de fora porque enviou documentação fora do prazo e, também, com a morte do Dr. Guilherme Manna Rocha, muitas procurações ficaram inutilizadas e devem ser reenviadas em nome da Dra Fabiana B. Oliveira Pedrozo. Documentos:

- * procuração assinada;
- * cópias dos documentos pessoais - RG/CPF;
- * Histórico Dossiê Profissional (solicitar junto ao DRH de seu órgão):
 - para "Agentes de Apoio e Execução" deve ser solicitado ao RH a Ficha financeira do período compreendido entre junho/2010 a Junho/2011;
 - e para os Agentes Profissionais o período compreendido entre junho/2010 a novembro/2010.

3ª Promoção/Progressão - Alegando falta de dinheiro, o governo suspendeu a implementação da 3ª promoção/progressão, ferindo, assim, os direitos dos servidores. Cada filiado deve consultar o seu Grupo Setorial de Recursos Humanos - GRHS/DRH para solicitar esclarecimentos sobre seu direito. Se já tem o direito, deve protocolar o pedido. Depois que o governo declarar o pedido indeferido, o servidor deve:

- * tirar cópia integral do requerimento protocolado;
- * requerer a sua ficha financeira ao DRH do período em que o direito a promoção/progressão se constituiu até a presente data;
- * preencher e assinar a procuração com seus dados;
- * anexar cópias de seus documentos pessoais RG/CPF;
- * e enviar todos os documentos ao SINDISEAB, aos cuidados da Coordenação do Coletivo Jurídico.

Retroativos da Nova GEEE - A implantação da nova GEEE para os Agentes de Apoio (AAs) e Agentes de Execução da SEAB; e para os servidores do Meio Ambiente aconteceu no mês de abril de 2013. Mas a Lei que a instituiu já estava em vigor desde 27 de novembro de 2012. Assim, o governo ficou devendo alguns meses. Para entrar nesta ação, o servidor precisa enviar os seguintes documentos ao SINDISEAB:

- * procuração assinada;
- * cópias dos documentos pessoais - RG/CPF;
- * Histórico Dossiê Profissional (solicitar junto ao DRH de seu órgão);
- * solicitar ao RH a Ficha financeira do período compreendido entre novembro/2012 à Junho/2013.

O relatório de ações judiciais atualizado em dezembro de 2013 já está disponível no nosso site. Para acessá-lo, clique no banner da página inicial. O link está no final da matéria. Ou, pelo endereço: http://www.sindiseab.org.br/uploads/download/Relatorio_das_Acoes_Judiciais_atualizado_Dez_2013.pdf

Servidores estaduais estão fora das correções de FGTS

A possibilidade de correção das perdas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) tem causado muitas dúvidas entre os servidores. De 1999 para cá, a recomposição do FGTS, que é feita pela TR (Taxa Referencial) tem ficado abaixo da inflação. Depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a correção deve ser feita pelo IPC (Índice de Preço ao Consumidor),

mais de 30.000 ações judiciais foram impetradas visando a revisão dos valores somente na Região Sul. O SINDISEAB esclarece que os servidores públicos foram transformados em estatutários em 1992, através da Lei 10.219. Assim, não têm direito à tal correção pois, no período em questão, já eram todos estatutários e o FGTS é direito somente dos celetistas.

ELEIÇÕES 2014

Como o servidor deve se comportar em ano eleitoral?

A cada quatro anos a população elege um novo governador. É natural que o servidor público estadual esteja atento e, como eleitor, queira participar do processo eleitoral. No entanto, existem normas a serem seguidas. Para disciplinar a conduta dos agentes públicos (que inclui tanto servidores de carreira; quanto comissionados) o governo emitiu o Decreto 9.768, em 19 de dezembro de 2013.

O que não pode:

- * usar ou permitir o uso promocional de recursos/bens públicos em nome de candidato/partido/coligação;
- * usar móveis ou imóveis da administração pública em benefício de candidato/partido/coligação;
- * entrar nas redes sociais usando equipamento do Estado;
- * usar o email Expresso para fazer campanha política, promoção ou crítica a candidatos;
- * usar camisetas, faixas, bonés, bottons ou qualquer material de propaganda eleitoral dentro das dependências públicas;
- * falar do candidato/partido/coligação enquanto está prestando serviço à população;
- * candidatos servidores não podem fazer campanha nos locais de trabalho.

Redes sociais, nem por celular

O servidor com acesso às redes sociais via celular tem que ficar atento. É claro que no calor da disputa, a gente fica com coceira de compartilhar uma informação que beneficie o nosso candidato. Mas a manifestação em horário de expediente é proibida, pois é o período em que está a serviço do Estado. O Facebook, por exemplo, registra o horário das atividades. Sendo assim, é melhor evitar, pois quem desobedecer as regras pode ter que pagar multa acima de R\$ 200 mil.

Pesquisas, só as registradas

Para este ano, através da Resolução 23.400, de 17 de dezembro de 2013, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) modificou as regras para a divulgação de pesquisas de intenções de voto. O veículo de comunicação que divulgar dados de pesquisas, não registradas junto aos tribunais regionais, está sujeito à multa que pode ultrapassar os R\$ 100 mil.

Enquetes estão proibidas

Ninguém mais pode fazer enquetes. Em seu blog, o advogado Tarso Violin explica: "qualquer meio de comunicação, instituto de pesquisa ou cidadão no Facebook, blog, Twitter, ou qualquer outro meio, que divulgar uma pesquisa eleitoral sem o prévio registro na Justiça Eleitoral pode receber uma multa de R\$ 53.205,00 a R\$ 106.410,00, valores fixados na Lei nº 9.504/97, e ainda constitui crime, punível com detenção de 6 meses a 1 ano."

Em resumo, o ambiente de trabalho deve estar, em todos os sentidos, limpo de propaganda eleitoral. As regras valem para todos, inclusive comissionados e chefes. O SINDISEAB convoca os servidores para que fiquem alertas e avisem seus colegas.

RAPIDINHAS

Fábrica de Tubos de Paranaíba pode ser fechada

Não é a primeira vez que a Fábrica de Tubos do Instituto das Águas de Paranaíba sai de forma negativa no noticiário. No ano passado, alguns detentos do regime semiaberto que trabalham na fábrica estavam pulando o muro e seduzindo meninas de uma escola próxima, o levou à suspensão das suas atividades por alguns dias. Desta vez o Ministério Público Federal está cobrando o licenciamento ambiental para a fábrica operar, que nunca existiu! O prazo



para que o Instituto das Águas regularizasse a situação e apresentasse outros documentos comprovando a qualidade dos tubos e a segurança no trabalho acabou em 18 de fevereiro.

ADAPAR tem 50 novos contratados

Os novos servidores da Agência de Defesa Agropecuária (ADAPAR), autarquia vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) tomaram posse em 27 de dezembro de 2013.

A contratação foi autorizada em 06 de dezembro, antes de expirar concurso público realizado em 2009. Dos 50 contratados para o Quadro Próprio do Poder Executivo, 43 são para a área administrativa (nível de 2º grau) e sete servidores de nível superior.

Os novos colegas vão trabalhar nas Unidades Regionais de Sanidade Agropecuária (URS) da ADAPAR em Apucarana, Cascavel, Cianorte, Curitiba, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Lapa, Londrina, Maringá, Paranaíba, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

A agência foi criada para absorver 1.200 servidores. Com a admissão destes novos colegas, a ADAPAR ameniza um pouco o déficit de funcionários. Mesmo assim, continuam faltando 596 profissionais para dar conta da demanda da Defesa Agropecuária paranaense.

Na Agência Estadual de Notícias, o governo anuncia a realização de concurso público para contratação de servidores na área técnica previsto para 2014: "deverá ser autorizado concurso público para contratação de médicos veterinários, engenheiros agrônomos e técnicos em Manejo e Meio Ambiente."

IAP ameaçado de extinção

Apesar de todas as promessas feitas pelas autoridades do Meio Ambiente (SEMA e IAP) de reposição de pessoal no Instituto ambiental do Paraná, nem um único novo servidor foi contratado desde 1989! Na ocasião, o IAP contava com mais de 1.200 servidores. Em dezembro de

2013, os funcionários do órgão somavam 556, completando 24 anos sem contratações! Com as aposentadorias previstas para este ano, a expectativa é que o IAP termine 2014 com apenas 268 servidores! São as Bodas de Prata do descaso. É este o compromisso que o governo tem com o Meio Ambiente?

Servidores elegem representante para o Conselho de Administração do IAP

A eleição do novo representante dos funcionários, para os próximos dois anos, no Conselho de Administração do IAP ocorreu em 12 de dezembro de 2013. O engenheiro agrônomo, Gerson Jacobs, foi eleito com 226 votos (dos 405 válidos),

58 votos a mais que o outro concorrente (168 votos). O resultado da eleição foi homologado em 19 de dezembro. De lá para cá, Gerson já protocolou vários requerimentos ao CA do IAP e se dispôs a trabalhar em parceria com o SINDISEAB.

Governo do Paraná libera R\$ 200 mi para pagamento de precatórios

As dívidas de menor valor, a partir de R\$ 28 mil, serão pagas antes. Administração estadual tem 2.550 precatórios; metade deve ser quitada.

O governo estadual anunciou, em 05 de fevereiro, a liberação de R\$ 200 milhões para o pagamento de metade dos atuais precatórios – dívidas do poder público criadas a partir de ações judiciais que não aceitam mais recursos. As pessoas beneficiadas serão aquelas que conquistaram o direito a indenização por dívidas trabalhistas, alimentares e cíveis. Os pagamentos serão coordenados pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) e terão prioridades aqueles com menor valor, a partir de R\$ 28 mil.

De acordo com o governo estadual, 1.300 débitos serão quitados. Atualmente, o estado tem 2.550 precatórios. O dinheiro para isso vem do repasse realizado pela administração estadual mensalmente de 2% da receita corrente líquida, ou seja, cerca de R\$ 40 milhões. Ainda segundo o governo, metade desses recursos é utilizada para pagamento cronológico dos precatórios e outra metade é usada para quitar dívidas de menores valores ou para acordos com empresas.

Fonte: <http://g1.globo.com/pr/parana/>